



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE-RO

EDITAL Nº 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

CONSULTOR LEGISLATIVO

ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA
TIPO 2 (VERDE)



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas**.
- **4 (quatro) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Assinale a frase em que o termo sublinhado corresponde a um participípio e não a um adjetivo.

- (A) “Venha! O senhor será sempre recebido de braços abertos nesta casa;” (Aluísio Azevedo)
- (B) “...ora topava um pedaço de madeira enterrado na areia, ora dava com alguns destroços do leme ou do casco, e, à proporção que os ia descobrindo, atirava-os à boca aberta do mar, como um domador que, depois de dar de comer à fera, ajunta-lhe ainda as migalhas caídas por fora da jaula.” (Aluísio Azevedo)
- (C) “O velho roncava estas palavras na posição da fera que arma o pulo. Firmado nas plantas, com as mãos abertas como duas garras, encarava feroz Miguel, como suspenso à espera da resposta suprema.” (Aluísio Azevedo)
- (D) “Como os mais vestia um jaquetão de veludo com mangas compridas e abotoadas, calções justos e claros, enfeitados de fitas na junção com a meia listrada, camisa de lã, aberta pelo vento, no pescoço.” (Aluísio Azevedo)
- (E) “– Então! Senhor Miguel! Não temos hoje leitura? – perguntou Ângela, colocando a mão aberta sobre os olhos para poder enxergar o interrogado.” (Aluísio Azevedo)

2

Assinale a frase que apresenta **problema** de referência do termo sublinhado.

- (A) É comum que, a cada semana, apareçam notícias de descobrimento de novos túmulos egípcios.
- (B) Quando li pela primeira vez o romance *Grande Sertão: Veredas*, emocionei-me bastante com a leitura.
- (C) De acordo com os documentos disponíveis, as mulheres eram mais visíveis nos centros, enquanto no mundo rural, parece ter havido predomínio de mulheres viúvas.
- (D) As notícias sobre a política nacional são, a cada dia, mais inquietantes.
- (E) Os jornais desapareceram das bancas, elas mesmas também em extinção, em função das redes sociais.

3

Observe o seguinte segmento textual:

“A pousada da praça da cidade recebe os hóspedes em uma portaria sem ornamentos, da qual surge um corredor que leva diretamente aos quartos. O corredor é decorado com antigas obras de arte.”

Assinale a afirmativa correta sobre sua estruturação.

- (A) O termo “corredor” aparece com artigo definido por já ter sido mencionado antes.
- (B) O termo “pousada” é repetido, na continuidade do texto, pelo pronome relativo “da qual”.
- (C) O termo “pousada” deveria ser escrito com artigo indefinido, por ser pela primeira vez mencionado.
- (D) O substantivo “hóspedes” é acompanhado de artigo definido por já ter sido mencionado antes.
- (E) Do mesmo modo, o substantivo “quartos” mostra artigo definido por erro do autor.

4

As frases a seguir foram retiradas do livro *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

Assinale a frase que mostra um **erro** gráfico na palavra sublinhada.

- (A) “Assentado à sombra de uma rocha que formava um promontóriozinho do lado do sul, lancei os olhos em volta até onde se descobria o horizonte.”
- (B) “Oh, quantas vezes esse pensamento repugnante me tem feito vaguear louco pelas montanhas, uivando como o lobo esfaimado e tentando despedaçar os rochedos com as mãos, donde me goteja o sangue!”
- (C) “Parado sobre a face da terra, o ar era semelhante ao lençol do finado a quem recalçaram a gleba que o cobre, frio, úmido, pesado, sem ranger, sem o movimento, cosido sobre o peito, onde acabou o bater do coração e o arfar compassado dos pulmões.”
- (D) “Parando no topo de uma penedia, donde se divisava ao redor quase toda a montanha, vi centenas de fachos que vacilavam, correndo tortuosamente pelas ladeiras, sumindo-se, tornando a aparecer, retrocedendo.”
- (E) “De Melária, aonde me escondi com grande número dos moradores de Carteia e dos seus arredores, continuarei as minhas correrias noturnas para as bandas do Calpe, com os homens mais ousados que quiserem acompanhar-me...”

5

Nas opções a seguir, há termos destacados que são referidos de forma diferente na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa segunda referência **não** é feita por um pronome pessoal.

- (A) O telescópio restringiu a imagem do mundo, o microscópio ampliou-a. (Chesterton)
- (B) Não há nada que atrapalhe mais o conhecimento científico do que o desejo de que ele aconteça rápido demais. (Georg C. Lichtenberg)
- (C) Preparar em primeiro lugar o molho de carne, o que requer bastante tempo. (Livro de cozinha)
- (D) Os homens se fascinam pela nova tecnologia mesmo se não sabem para que a querem. (Oliver Strimpel)
- (E) Computadores não servem para nada. Eles só podem lhe dar respostas. (Pablo Picasso)

6

Observe a seguinte descrição, de um personagem de um romance do século passado:

“Ronaldo era um velhinho de setenta e seis anos, vivo, alegre, magro, seco, da cor de couro velho, enrugado como um pergaminho, e o conjunto de sua imagem lembrava, sem que se soubesse exatamente por quê, a silhueta de um abutre de tamanho natural; ainda que, segundo outros, parecesse mais uma coruja encolhida e sem penas. Tinha sem dúvida muito de pássaro na figura e nos gestos.”

Assinale a afirmativa correta sobre a estrutura descritiva desse pequeno texto.

- (A) A descrição se limita a dados físicos do personagem, principalmente em seu aspecto global.
- (B) Os dados fornecidos do personagem são indicados na direção de cima para baixo.
- (C) O aspecto do personagem é descrito com a ajuda de comparações.
- (D) O observador descreve o personagem a partir do todo para as partes.
- (E) A descrição é feita de modo a destacar dados delicados do personagem, daí as semelhanças com pássaros.

7

Observe o fragmento a seguir, particularmente o emprego do verbo “abaixar”:

“– Porém – disse trêmula e sem levantar os olhos Rosalina – ele me quer tanto! E eu estou tão afeita a vê-lo... – e abaixando mais a voz, quase a falar consigo, continuava – que era um bom moço, trabalhador, e que tudo era para bem, ele queria esposá-la, que...” (Aluísio Azevedo)

Assinale a opção, retirada de um dicionário, que indica claramente o significado do verbo “abaixar” na frase dada.

- (A) Tornar baixo ou mais baixo.
- (B) Fazer descer ou passar de um lugar, posição ou nível para outro menos elevado.
- (C) Assentar, descer lentamente ao chão ou a qualquer superfície.
- (D) Tornar menor ou diminuir de valor, intensidade, grau ou quantidade.
- (E) Direcionar-se para baixo, inclinar-se, curvar-se.

8

Observe o seguinte segmento textual:

“Clara Malraux conheceu André Malraux quando este tinha 19 anos. De inteligência precoce, mentalidade inquieta e origem humilde, aquele voluntarioso autodidata ficou surpreso com aquela moça judia, independente e provocativa, além de culta, e se apaixonaram.”

Assinale a afirmativa correta sobre sua estruturação.

- (A) Os nomes próprios do texto aparecem sem identificação, o que mostra uma falha na escrita do texto.
- (B) O pronome demonstrativo “este” se refere ao primeiro dos nomes próprios citados.
- (C) Uma das razões para o emprego de “aquele” em “aquele voluntarioso autodidata” é a distância temporal.
- (D) O termo “De inteligência precoce”, na situação textual em que está, só pode referir-se a André Malraux.
- (E) O texto tem a preocupação de mostrar somente a razão de André Malraux apaixonar-se por Clara, mas não a razão de esta apaixonar-se por ele.

9

Todas as frases abaixo mostram um substantivo e um adjetivo sublinhados, sendo que o adjetivo não pertence à mesma família etimológica do substantivo e é considerado culto.

A opção em que o adjetivo não corresponde semanticamente ao substantivo, é:

- (A) Com problemas nos ouvidos, é necessário procurar de imediato um médico otorrino.
- (B) Um dos aspectos mais agradáveis das paisagens são as cores, pois os tons cromáticos são mais sensíveis.
- (C) As cabras produzem muito leite que é empregado na produção de queijos caprinos.
- (D) Ter uma casa de campo é um sonho de muita gente, mas as casas camponesas dão muita preocupação e trabalho.
- (E) Os crimes contra as mulheres estão mais visíveis hoje e, por isso, muito se fala em crimes feminicidas.

10

As frases a seguir utilizam o verbo *ter* em lugar de outro de significado mais específico. Assinale aquela em que essa substituição é feita de forma adequada.

- (A) Antes da pandemia, todos os políticos tinham uma saúde invejável. / gozavam de.
- (B) Em função da economia mundial, os negócios têm um mau momento. / desenvolvem.
- (C) Alguns idosos, esquecidos pelas famílias, têm uma vida muito triste. / mostram.
- (D) O gerente não queria ter a responsabilidade de despedir tantos empregados. / desempenhar.
- (E) O consumo de drogas tem problemas muito graves para a saúde. / propicia.

11

Assinale o segmento textual que é classificado como de tipo textual informativo.

- (A) Cirurgião alerta sobre sintoma inesperado que pode indicar câncer grave.
- (B) Fóssil de réptil de 240 milhões de anos descoberto no Brasil lança nova luz sobre as origens dos crocodilos.
- (C) Entre os modelos mais acessíveis, o Renault Kwid E-Tech se destaca como o carro elétrico mais barato do Brasil em 2025, com um preço inicial de R\$ 99.990,00.
- (D) Sandália Masculina em Couro Legítimo com Sistema de Conforto Avançado. Desenvolvida para quem passa longas horas em pé e busca conforto excepcional sem abrir mão da qualidade e durabilidade.
- (E) Diabetes é uma das doenças mais diagnosticadas no mundo. Os sinais de alerta, porém, podem ser tão leves que quase ninguém percebe. Por isso, é importante ficar de olho em coisas como coceira, frequência que vai ao banheiro, ganho ou perda de peso e muitos outros.

12

Assinale a frase, retirada do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que apresenta um erro gráfico na forma da palavra sublinhada.

- (A) “A multidão poupava-lhe o indagar torturante acerca do próprio estado emotivo, o esforço dessas interrogativas angustiosas e dessa intuspecção delirante...”
- (B) “Aceito o alvitre, o infeliz, cavalgando e afastando-se cerca de meia légua, torceu depois de rédeas, tornando, furtivamente, por desfrequentados desvios, para uma espera adrede escolhida, de onde pudesse observar bem e agir de pronto.”
- (C) “Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique.”
- (D) “Apesar disto correu em paz até o quarto dia, e concorridíssima: cerca de cinco mil assistentes, entre os quais todos os homens válidos se destacavam.”
- (E) “Durante acerca de uma hora os combatentes que contemplavam a refrega, no alto das colinas circunjacentes, nada mais distinguiram...”

13

Nas opções a seguir, há termos destacados que são referidos de forma diferente na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa segunda referência é feita por uma expressão nominal.

- (A) “Não há acaso no governo das coisas humanas, e a fortuna é apenas uma palavra que não tem sentido nenhum.” (Bossuet)
- (B) “Não é opinativa a aceitação das palavras cujo sentido se acha formado pelo uso universal dos escritores...” (Rui Barbosa)
- (C) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bonfim)
- (D) “O açúcar seria caro demais se não se fizesse cultivar a planta que o produz por escravos.” (Montesquieu)
- (E) “A adolescência é magnífica, pena que essa idade dos sonhos dure pouco.” (Paulo Mendes Campos)

14

Observe o seguinte segmento textual:

“Ao lado da loja de queijos havia uma oficina mecânica e uma loja de doces. Tanto a oficina, como a loja estavam recebendo o pó que se levantava da demolição do prédio da esquina, mas aquela, não estava previsto fechá-la até o fim do ano.”

A afirmação **incorreta** sobre a estruturação desse texto é:

- (A) A expressão “uma oficina mecânica” mostra um artigo indefinido porque é a primeira vez que é mencionada.
- (B) A segunda vez em que a oficina é mencionada, é precedida de um artigo definido, por já ser uma realidade conhecida.
- (C) Do mesmo modo, o pronome pessoal “la” também se refere a essa mesma realidade já conhecida.
- (D) O demonstrativo “aquela” se refere ao substantivo “loja”, presente nos segmentos anteriores.
- (E) Tanto o pronome pessoal “la” como o demonstrativo “aquela” e a expressão “a oficina” levam o leitor a identificar um elemento textual já conhecido.

15

As opções a seguir mostram orações adjetivas sublinhadas. Assinale aquela opção em que houve uma substituição adequada de uma oração por um adjetivo equivalente.

- (A) Os livros que não li ocupam a maior parte de minha biblioteca. (O Pasquim) / ilegíveis.
- (B) Quando você é mais jovem, as pessoas os culpam por crimes que você nunca cometeu. Quando é mais velho, começam a lhe atribuir virtudes que você jamais possuiu. (I. F. Stone) / inexistentes.
- (C) Ninguém que tenha pressa é realmente civilizado. (Will Durant) / rápido.
- (D) O maior delito é o suicídio, porque é o único que não permite arrependimento. (Alexandre Dumas) / incontornável.
- (E) Toda idade tem seus frutos; o que falta é saber recolhê-los. (Raymond Radiguet) / faltoso.

16

Assinale o segmento textual que é classificado como de tipo textual normativo.

- (A) Alerta: tempestades com vento de 100 km/h podem atingir 4 estados neste domingo.
- (B) O mercado de carros elétricos no Brasil está em plena expansão, oferecendo aos aposentados uma oportunidade única de adotar veículos que combinam economia e eficiência energética.
- (C) Moradores do prédio não podem ter animais domésticos em seus apartamentos sob pena de multa.
- (D) Com o crescimento do mercado de carros elétricos no Brasil, aposentados têm à disposição uma variedade de modelos que combinam economia, conforto e segurança.
- (E) Brasil vence com facilidade, derruba invencibilidade de Senegal e acha formação ideal.

17

As frases a seguir mostram um termo sublinhado que foi substituído por um adjetivo.

Assinale a única frase em que o adjetivo tem significado equivalente ao termo original sublinhado.

- (A) “As mulheres dos outros candidatos ao governo do Estado de São Paulo são simplesmente esposas, mas eu não.” (Marta Suplicy) / paulistano.
- (B) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne) / alheia.
- (C) “A ignorância é a maior multinacional do mundo.” (Paulo Francis) / geral.
- (D) “Viver é raciocinar. E o raciocínio é o supremo bem da vida. Quem raciocina não sofre.” (Joracy Camargo) / vitalício.
- (E) “O espírito de um homem é a sabedoria de muitos.” (Lord John Russel) / humanístico.

18

Nas frases a seguir, há um termo sublinhado que foi substituído, na sequência da frase, por um hiperônimo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A abelha vive fazendo cera. Então, como é que esse inseto consegue ser a imagem do labor incessante? (Eno T. Wanke)
- (B) Nunca roubes: desse modo nunca terás sorte nos negócios. Procura ludibriar apenas. (Ambrose Bierce)
- (C) As sociedades modernas parecem-me orgulhar-se demais da abolição da escravatura. Na verdade, essa reforma tão gabada limita-se até agora a uma delicada oratória.” (Marquês de Custine)
- (D) A escola havia recomendado a leitura de Os Sertões, mas a obra não foi encontrada nas livrarias do bairro.
- (E) O Poderoso Chefão foi um grande sucesso de bilheteria, mas o filme não é elogiado por todos.

Raciocínio Lógico Matemático

19

Um grupo é formado por 9 crianças, das quais 3 estão com camiseta branca, 3 estão com camiseta amarela e 3 estão com camiseta verde. Três crianças desse grupo são escolhidas ao acaso. A probabilidade de que as crianças escolhidas tenham camisetas de cores todas diferentes é, aproximadamente, de

- (A) 24%.
- (B) 28%.
- (C) 32%.
- (D) 36%.
- (E) 40%.

20

Seja M um subconjunto de $\{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10\}$ com 5 elementos tal que, se x e y são elementos de M com $x < y$, então y não é múltiplo de x .

O menor elemento possível de M é o

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

21

Em uma feira, abacates, abacaxis e melancias são vendidos por unidade. Todas as frutas do mesmo tipo têm mesmo preço.

Sabe-se que nessa feira:

- 3 abacates, 7 abacaxis e 1 melancia custam 139 reais;
- 4 abacates, 10 abacaxis e 1 melancia custam 184 reais.

O preço de 1 abacate, 1 abacaxi e 1 melancia é de

- (A) 41 reais.
- (B) 44 reais.
- (C) 45 reais.
- (D) 47 reais.
- (E) 49 reais.

22

Em uma caixa, há 4 bolas numeradas 1, 2, 3 e 4. Sorteiam-se bolas em sequência e sem reposição, até que a soma dos números das bolas sorteadas seja maior do que 3.

A probabilidade de que seja necessário sortear 3 bolas é igual a

- (A) $1/12$.
- (B) $1/6$.
- (C) $1/4$.
- (D) $1/3$.
- (E) $1/2$.

23

Considere a sentença:

“Gilmar é médico e não fará o exame”.

A negação dessa sentença é:

- (A) Gilmar não é médico e não fará o exame.
- (B) Gilmar não é médico e fará o exame.
- (C) Se Gilmar não é médico, então fará o exame.
- (D) Gilmar não é médico ou fará o exame.
- (E) Gilmar é médico ou não fará o exame.

24

Considere a sentença “Se a borracha é vermelha e o lápis é preto, então o caderno é azul”.

Uma sentença logicamente equivalente a essa é

- (A) Se a borracha é vermelha, então o lápis não é preto ou o caderno é azul.
- (B) Se a borracha não é vermelha ou o lápis não é preto, então o caderno não é azul.
- (C) Se o caderno não é azul, então a borracha não é vermelha e o lápis não é preto.
- (D) Se o caderno não é azul, então a borracha é vermelha ou o lápis é preto.
- (E) Se a borracha é vermelha, então o lápis é preto e o caderno é azul.

Legislação Específica

25

Após ampla discussão, o colégio de líderes da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia formou o entendimento e exarou sua deliberação a respeito de determinada temática submetida à sua apreciação.

Na situação descrita, é correto afirmar, segundo o Regimento Interno da Casa Legislativa, que

- (A) a deliberação deve ter sido adotada por consenso.
- (B) o líder do governo teve direito à voz, mas não ao voto.
- (C) os líderes de partidos políticos que participem de bloco parlamentar tiveram direito a voto.
- (D) o colégio foi formado pelos líderes da maioria, da minoria, dos partidos políticos e dos blocos parlamentares.
- (E) os líderes que participam do colégio têm voto igualitário, abstraindo-se a expressão numérica de cada bancada.

26

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia celebrou contrato de prestação de serviços com a sociedade empresária Alfa, visando à terceirização de determinado serviço.

Durante o seu cumprimento, o respectivo gestor entendeu que as cláusulas desse contrato se mostravam antieconômicas, de modo que deveria ser modificado o seu regime de execução.

Na situação descrita, à luz do disposto na Resolução ALE/RO nº 593/2024, é correto afirmar que

- (A) o princípio *pacta sunt servanda* obsta a modificação cogitada.
- (B) a alteração é possível desde que não haja modificação de cláusula econômico-financeira do contrato.
- (C) a alteração da cláusula regulamentar pode ser promovida unilateralmente pela Assembleia Legislativa.
- (D) a alteração pressupõe prévia autorização da Advocacia Geral, que permitirá o seu processamento pelo gestor do contrato.
- (E) a alteração pressupõe a existência de acordo com Alfa, cabendo ao gestor propor ao ordenador de despesas a modificação do regime de execução.

27

Determinado servidor público da Administração Pública estadual, ocupante de cargo de provimento efetivo, é investigado por órgão interno em razão da possível prática de ato de improbidade administrativa que consubstanciaria enriquecimento ilícito.

De acordo com a portaria inaugural, existiriam indícios da prática voluntária da conduta, finalisticamente direcionada à obtenção de vantagem indevida.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) as sanções previstas nesse diploma normativo devem ser aplicadas por autoridade judicial, logo, a investigação não poderia ser instaurada no plano administrativo.
- (B) as sanções previstas nesse diploma normativo podem eventualmente ser aplicadas por autoridade judicial, logo, a investigação foi regularmente instaurada no plano administrativo.
- (C) a instrução probatória, para que conclua pela ocorrência do ato de improbidade administrativa, deve demonstrar o voluntarismo do agir, mas não necessariamente o especial fim de obter o enriquecimento ilícito.
- (D) a conduta atribuída ao servidor, para que configure ato de improbidade administrativa que consubstancia enriquecimento ilícito, não precisa ser enquadrada em um dos incisos do Art. 9º da Lei nº 8.429/1992.
- (E) a conclusão do processo administrativo, no sentido de que o servidor público praticou ato de improbidade administrativa, configura condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação que busque a aplicação das respectivas sanções.

28

Pedro é servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e foi cedido à Assembleia Legislativa desse mesmo ente federativo.

No curso de suas atividades, requereu a fruição do auxílio de assistência especial ao órgão competente dessa Casa Legislativa, por entender que preencheria os requisitos exigidos.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar nº 731/2013, é correto afirmar que Pedro

- (A) é servidor cedido, logo, não faz jus ao auxílio.
- (B) faz jus, ou não, ao auxílio, conforme o pactuado no acordo de cessão.
- (C) somente faz jus ao auxílio caso seja investido em cargo de chefia ou direção.
- (D) faz jus ao auxílio, mas o ônus financeiro será arcado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
- (E) somente faz jus ao auxílio caso seja investido em cargo de gerência, chefia, direção e/ou assessoramento.

29

Determinado servidor público, ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, praticou conduta tipificada como infração disciplinar na sistemática legal vigente.

Após a realização de investigação preliminar, o referido servidor consultou a autoridade competente em relação à possibilidade de ser celebrado termo de compromisso de ajustamento de conduta.

A autoridade competente, com alicerce nos balizamentos oferecidos pela Lei Complementar nº 68/1992, concluiu corretamente que

- (A) é necessário que a infração disciplinar seja punida com repreensão.
- (B) é exigido que a conduta tenha sido praticada apenas com dolo ou culpa, mas não com má-fé.
- (C) preenchidos os requisitos exigidos, o servidor possui direito líquido e certo à celebração do acordo.
- (D) constatada a gravidade da conduta para o serviço, o termo deve conter cláusulas que assegurem consequências desfavoráveis e proporcionais para o servidor.
- (E) é vedada a celebração do termo sugerido caso a conduta, além de violar os princípios que regem a Administração Pública, também configure infração disciplinar.

30

João requereu o acesso a informações contidas em documentos produzidos por certa estrutura orgânica da Administração Pública estadual, concernentes a determinado projeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Ao analisar o teor do requerimento, a estrutura orgânica concluiu corretamente, à luz do disposto na Lei nº 12.527/2011, que a referida informação

- (A) somente pode ser acessada caso João demonstre a existência de legítimo interesse no seu teor.
- (B) não pode ser acessada, caso o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) é ontologicamente pública, em razão de suas características essenciais, não podendo ser restringido o acesso.
- (D) não pode ser acessada por meio de certidão, extrato ou cópia, ainda que seja apenas parcialmente sigilosa.
- (E) pode ser acessada, independente da demonstração do legítimo interesse de João, caso venha a ser utilizada como prova da prática de ilícito administrativo.

31

Após regular processo administrativo instaurado no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em que foram observadas as garantias da ampla defesa e do contraditório, constatou-se que o reconhecimento de determinado direito de pessoa natural, bem como os pagamentos dele decorrentes, que vinham sendo realizados em caráter contínuo, há cerca de seis anos, afrontavam a legalidade. Comprovou-se, ainda, que a pessoa natural não concorrera para a consumação da ilegalidade.

Na situação descrita, é correto afirmar que, consoante a sistemática da Lei estadual nº 3.830/2016,

- (A) é possível a invalidação do ato, considerando que o prazo decadencial previsto em lei deve ser contado a partir do último pagamento realizado.
- (B) somente seria possível a invalidação de ato que produz efeitos patrimoniais, como o descrito, caso fosse demonstrada a má-fé da pessoa natural beneficiária.
- (C) não é possível a invalidação do ato, o que decorre do transcurso do prazo decadencial, que deve ser contado a partir da percepção do primeiro pagamento.
- (D) não é possível a invalidação do ato, caso tenha sido ultrapassado o prazo decadencial fixado em lei federal para a cobrança dos créditos da Fazenda Pública.
- (E) é possível a invalidação do ato, independente do tempo decorrido desde a sua prática, em razão da afronta à legalidade, reconhecida em processo administrativo regular.

32

Foram iniciados estudos, no âmbito de determinado órgão da Administração Pública direta do Estado de Rondônia, a respeito da conveniência de contratar uma sociedade empresária para a execução de serviço de engenharia.

Essa sociedade ficaria incumbida de desenvolver tanto o projeto básico como o projeto executivo, considerando a ausência de profissionais com a expertise necessária para a sua elaboração na esfera da Administração Pública.

À luz da sistemática estabelecida no âmbito da Lei nº 14.133/2021, ao fim dos estudos concluiu-se corretamente que

- (A) é possível a realização do objetivo almejado, com a realização da denominada contratação integrada.
- (B) é possível a realização do objetivo almejado, com a realização da denominada contratação semi-integrada.
- (C) não é possível a realização do objetivo almejado, pois, na contratação de serviços de engenharia, não é elaborado o projeto básico, apenas o projeto executivo.
- (D) não é possível que a mesma sociedade empresária seja responsável pela elaboração do projeto básico e do projeto executivo, pois o primeiro condiciona o custo do serviço.
- (E) não é possível a realização do objetivo almejado, pois, na contratação de serviços de engenharia, somente são elaborados o termo de referência e o estudo técnico preliminar.

História e Geografia de Rondônia

33

A intervenção portuguesa na região do rio Madeira, a partir de meados do século XVIII, relaciona-se diretamente às transformações na política territorial da Coroa, após a assinatura do Tratado de Madri (1750). Fundamentado no princípio do *uti possidetis*, o tratado vinculava o direito ao território à sua efetiva ocupação, levando Portugal a adotar novas estratégias de afirmação do domínio colonial na Amazônia.

Nesse contexto, a reorientação da política territorial portuguesa materializou-se

- (A) na criação de vilas em antigos aldeamentos indígenas, substituindo a administração temporal exercida pelas ordens religiosas por um aparato jurídico-institucional diretamente subordinado à Coroa.
- (B) na construção de fortificações ao longo do rio Madeira, como o Real Forte Príncipe da Beira, para defesa contra invasões estrangeiras oriundas das Guianas Holandesas e das possessões espanholas.
- (C) no ato régio de 1752, que limitava a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé a embarcações autorizadas pela Coroa, como medida para fiscalizar a conexão entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso.
- (D) na restrição pombalina à circulação de pessoas relacionadas à interiorização da colonização, como bandeirantes, pecuaristas do Rio São Francisco, marchantes e mineradores, cujas tropas e embarcações eram obrigadas a passar por postos de controle ao longo do Rio Madeira.
- (E) na instalação de aduanas ao longo do rio Madeira, com a finalidade de taxar a entrada de mercadorias espanholas provenientes das fronteiras hispano-americanas, permitindo o controle do comércio externo e a fiscalização da circulação de produtos oriundos das possessões castelhanas.

34

Nas décadas de 1930 e 1940, estimava-se a presença de mais de 80 mil indígenas na região da Amazônia Ocidental correspondente ao atual estado de Rondônia. No médio rio Machado, área central do estado, o etnólogo Claude Lévi-Strauss descreveu a intensa ocupação indígena das margens fluviais, estimando que, caso fosse possível contabilizá-los, o número de indígenas ultrapassaria 50 mil indivíduos, agrupados no que denominou de “Império Kawahib”.

Em contraste com esse cenário histórico, dados mais recentes do Censo Demográfico do IBGE (2022) indicam que Rondônia possui 21.153 pessoas indígenas, o que corresponde a aproximadamente a 1,25% da população total do estado, evidenciando a redução demográfica indígena ao longo do século XX.

Fonte: <https://pib.socioambiental.org> e <https://teoriaedebate.org.br/>

A respeito da questão indígena em Rondônia, nos séculos XX e XXI, assinale a afirmativa correta.

- (A) As viagens etnográficas realizadas na primeira metade do século XX, como as de Edgard Roquette-Pinto e de Claude Lévi-Strauss, indicaram uma elevada presença de grupos indígenas altamente organizados, com estruturas políticas hierárquicas e centralizadas.
- (B) O primeiro ciclo da borracha e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré provocaram intensos impactos sobre os povos indígenas, com conflitos, disseminação de doenças e, em alguns casos, a extinção completa de grupos inteiros.
- (C) A política indigenista, conduzida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sob liderança de Cândido Mariano da Silva Rondon, teve como princípio central a preservação da autonomia cultural indígena, evitando qualquer forma de integração produtiva ou educacional à sociedade nacional.
- (D) As políticas de ocupação das décadas de 1970-80, associadas à abertura da BR-364 e à construção da hidrelétrica de Samuel, resultaram na ampliação da demarcação das terras indígenas e no consequente incremento demográfico dos povos originários em Rondônia.
- (E) A Constituição Federal de 1988 e a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) forneceram novos instrumentos legais para a proteção dos direitos dos povos originários e para demarcação das Terras Indígenas, definidas como bens coletivos e alienáveis dos respectivos grupos indígenas.

35

Em 1937, o golpe liderado pelo então presidente Getúlio Vargas inaugurou o período do Estado Novo, caracterizado pela centralização do poder político e pela reorganização administrativa do território nacional. Na década seguinte, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da valorização estratégica da produção da borracha, o governo Vargas promoveu a criação de territórios federais, entre eles o Território Federal do Guaporé, como parte de uma política de integração e controle de regiões de fronteira.

Com base nesse cenário, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

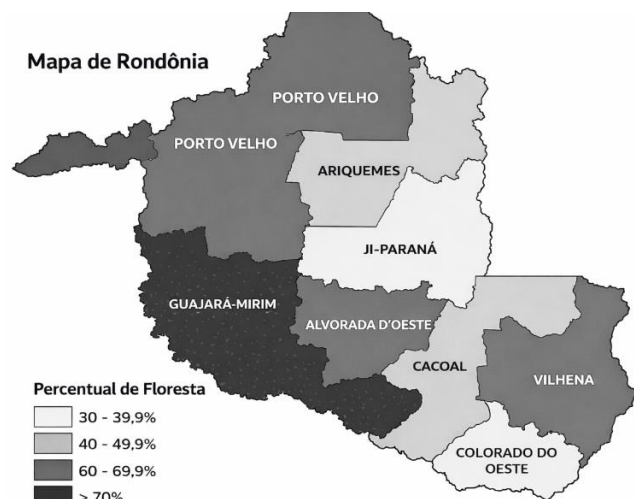
- () A Constituição brasileira de 1934 passou a prever a figura do Território Federal como ente federativo, disposição mantida pela Constituição de 1937, promulgada durante o Estado Novo.
- () O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou os territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguazu.
- () No momento de sua criação, o Território Federal do Guaporé era composto pelos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Lábrea e Alto Madeira.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

36

Analise o mapa a seguir.



Fonte: <https://www.gov.br/floresta/>. Adaptado.

Considerando as informações representadas no mapa e os conhecimentos sobre a organização espacial do estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) As microrregiões de Guajará-Mirim, Porto Velho, Vilhena e Alvorada D'Oeste apresentam as maiores proporções de seus territórios cobertos por florestas, todas com índices superiores a 60%, refletindo a homogeneidade ambiental do estado.
- (B) A baixa cobertura florestal na microrregião de Ji-Paraná está associada ao avanço de sua principal atividade econômica, a agricultura mecanizada voltada à produção de soja e milho.
- (C) A microrregião de Vilhena apresenta baixa cobertura florestal e predomínio de atividades agrícolas mecanizadas, contrastando com microrregiões do norte do estado, onde a presença de florestas é mais expressiva.
- (D) As microrregiões localizadas no eixo da BR-364 mantêm elevada cobertura florestal contínua, com pouca interferência de atividades agropecuárias, em razão das restrições impostas pelo bioma amazônico.
- (E) O mapa evidencia que a cobertura florestal em Rondônia é distribuída entre todas as microrregiões, sendo menor nas microrregiões com maior número de Terras Indígenas: Vilhena, Colorado do Oeste e Cacoal.

37

A realização da COP 30, em 2025, em Belém (PA), trouxe à tona o debate sobre a governança ambiental e a proteção das florestas públicas não destinadas na Amazônia.

Em evento promovido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), representantes do governo rondoniense destacaram desafios como a ocupação irregular dessas áreas, a necessidade de atualização cartográfica e o combate ao crime organizado associado à exploração ilegal.

Considerando o papel institucional da Assembleia Legislativa Estadual, assinale a opção que descreve corretamente uma atribuição sua relacionada à governança e proteção das florestas.

- (A) Aprova o orçamento estadual e os planos plurianuais, possibilitando a alocação de recursos para políticas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- (B) Detém competência para criar, redimensionar ou extinguir Unidades de Uso Sustentável, como parques nacionais ou reservas biológicas.
- (C) Exerce a função de fiscalização dos atos do Poder Judiciário e dos órgãos ambientais, na execução das políticas públicas e no enfrentamento de ilícitos ambientais.
- (D) Pode criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que investigam possíveis irregularidades na criação ou gestão de reservas ambientais, e criam, alteram ou revogam normas ambientais por ato próprio.
- (E) É responsável pelo licenciamento ambiental estadual, exercendo essa atribuição diretamente por meio de suas comissões permanentes, em articulação com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM).

38

Observe a tabela a seguir, sobre a Taxa de Crescimento Geométrico (%) da População Brasileira, com destaque para o estado de Rondônia.

Unidade de Federação	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2022
Brasil	2,48	1,93	1,64	1,20	0,50
Rondônia	16,03	7,89	2,22	1,25	0,10
Acre	3,42	3,02	3,26	2,78	1,03
Amazonas	4,12	3,57	3,28	2,16	1,03
Roraima	6,82	9,63	4,54	3,34	2,92
Pará	4,62	3,46	2,52	2,04	0,57
Amapá	4,37	4,66	5,71	3,45	0,76
Tocantins	3,56	2,01	2,58	1,80	0,74
NORTE	5,02	3,85	2,86	2,10	0,70
Maranhão	3,09	2,10	1,63	1,47	0,25
Mato Grosso	6,49	5,79	2,38	1,94	1,57
Amazônia Legal	4,50	3,50	2,50	1,90	0,70

Fonte: IBGE, 2023. Adaptado.

A análise das transformações populacionais em Rondônia, entre 1970 e 2022, evidencia mudanças na dinâmica demográfica e na configuração espacial das cidades, associadas a políticas estatais, fluxos migratórios e reorientações institucionais.

Considerando três períodos de mudança populacional na Amazônia (1970/1991, 1991/2010 e 2010/2022), e especificadamente no caso de Rondônia, assinale a afirmativa correta.

- (A) No período de 1970 a 1991, o crescimento populacional de Rondônia apresentou taxas superiores às do Brasil e da Região Norte, fenômeno resultante, principalmente, da expansão da migração transfronteiriça.
- (B) Entre 1970 e 1980, o expressivo crescimento populacional de Rondônia foi impulsionado pela combinação entre políticas de colonização pública e privada, intensos fluxos migratórios e expansão urbana.
- (C) No período de 1991 a 2010, o crescimento populacional de Rondônia manteve-se acelerado, superando a média nacional, em razão da continuidade da abertura de novas frentes agrícolas e da ausência de políticas de proteção ambiental.
- (D) Entre 2010 e 2022, Rondônia apresentou crescimento populacional superior à média da Região Norte e da Amazônia Legal, consolidando-se como principal polo de atração de mão de obra voltada para os grandes projetos hidroelétricos regionais.
- (E) A acentuada desaceleração do crescimento populacional de Rondônia, a partir da década de 1990, decorreu da ampliação das Unidades de Conservação e da consolidação do agronegócio altamente mecanizado, com consequente redução da demanda por mão de obra no campo, perda de atratividade econômica e retração demográfica contínua até 2022.

39

A formação histórica do município de Porto Velho está associada a diferentes processos de ocupação, integração territorial e reorganização político-administrativa ocorridos ao longo do século XX. Esses marcos contribuíram para a consolidação do núcleo urbano, para sua centralidade regional e para sua posterior condição de capital do atual estado de Rondônia.

Com base nesse contexto, sobre os marcos históricos que marcaram a formação histórica de Porto Velho, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi decisiva para o surgimento do núcleo populacional de Porto Velho e para a formação de uma população heterogênea, cujas características sociais e culturais marcaram a cidade.
- (B) A instalação das linhas telegráficas pela Comissão Rondon, no início do século XX, ocorreu em paralelo a outros projetos de integração territorial e contribuiu para o surgimento de vilas e povoados em torno dos postos telegráficos, alguns dos quais vieram a se consolidar como núcleos administrativos locais.
- (C) A instituição do município de Porto Velho ocorreu em 1914, por ato legal do governo do estado do Amazonas, ao qual a localidade estava vinculada, até a criação do Território Federal do Guaporé.
- (D) A criação do Território Federal do Guaporé, em 1943, elevou Porto Velho à condição de capital territorial, reforçando a sua centralidade político-administrativa na região.
- (E) A construção da BR-29, atual BR-364, foi responsável pela elevação de Porto Velho a centro logístico de redistribuição dos recursos relacionados aos Projetos Integrados de Colonização (PICs).

40

A criação do Estado de Rondônia, por meio da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, marcou a transição do antigo Território Federal para a condição de Unidade Federativa dotada de autonomia política, administrativa e legislativa.

No que se refere à história e à organização do Poder Legislativo em Rondônia, assinale a opção que caracteriza corretamente o Legislativo do recém-criado estado de Rondônia.

- (A) O Poder Legislativo passou a ser exercido por um colegiado bicameral, cujos membros são eleitos por voto universal, direto e secreto.
- (B) A representação parlamentar eleita no âmbito estadual passou a compartilhar suas competências com o Congresso Nacional para editar normas que afetam a esfera federal.
- (C) A constituição de um Poder Legislativo autônomo não se sobrepôs à competência do governador estadual, de editar atos normativos.
- (D) A Assembleia Legislativa passou a exercer função legislativa própria sobre matérias de interesse estadual e concorrente, processo consolidado com a promulgação da Constituição do Estado de Rondônia, em 1989.
- (E) O Poder Legislativo estadual, embora instituído oficialmente, permaneceu condicionado ao regime jurídico dos territórios federais quanto ao controle fronteiriço e à licitação de exploração do subsolo.

MÓDULO II

Direito Administrativo

41

João, agente público, foi convidado para participar de determinado processo administrativo no âmbito do qual será aplicado o instituto da decisão coordenada. Em assim sendo, o referido servidor passou a estudar a matéria, constatando que, no âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os interessados poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, sem direito à voz, sendo certo que a decisão que deferir a participação dos interessados é passível de recurso na esfera administrativa, nos termos da lei.
- () Eventual dissenso na solução do objeto da decisão coordenada deverá ser manifestado durante as reuniões, de forma fundamentada, acompanhado das propostas de solução e de alteração necessárias para a resolução da questão.
- () A conclusão dos trabalhos da decisão coordenada será consolidada em ata, que conterá, dentre outras informações, o posicionamento dos participantes para subsidiar futura atuação governamental em matéria idêntica ou similar.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – V.

42

O Ministério Público ingressou, em juízo, com ação de improbidade administrativa em face de Lucas, agente público, sob o fundamento de que ele teria, dolosamente, percebido vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública. Registre-se que, no curso da ação, surgiram questionamentos sobre eventual afastamento de Lucas do exercício do cargo público ocupado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) a autoridade judicial competente poderá determinar, por até noventa dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada, o afastamento de Lucas do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- (B) a autoridade judicial competente poderá determinar, por até trinta dias, prorrogáveis sucessivamente, mediante decisões motivadas, o afastamento de Lucas do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- (C) o Ministério Público poderá determinar, por até noventa dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada, o afastamento de Lucas do exercício do cargo, sem remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- (D) o Ministério Público e a autoridade judicial, no curso do processo, não poderão determinar o afastamento de Lucas do exercício do cargo, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência.
- (E) a autoridade judicial e o Ministério Público, no curso do processo, não poderão determinar o afastamento de Lucas do exercício do cargo, por ausência de autorização legal neste sentido.

43

O Estado de Rondônia publicou edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo com a entidade privada vencedora. Registre-se que, durante o julgamento das propostas, houve empate entre três propostas, o qual persistiu após a adoção dos critérios de desempate previstos em lei.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, em igualdade de condições, se não houver desempate, será conferida preferência, em primeiro lugar, às empresas

- (A) que desenvolvam programas de inclusão, no ambiente do trabalho, de pessoas com deficiência.
- (B) que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.
- (C) estabelecidas no território do Estado de Rondônia.
- (D) comprovem a prática de mitigação.
- (E) brasileiras.

44

Após a observância das formalidades legais, o Estado de Rondônia celebrou contrato administrativo de concessão de serviços públicos com a sociedade empresária *Alfa*. Registre-se que, no curso da avença, surgiram controvérsias e pontos de disputa entre as partes contratantes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que o contrato de concessão

- (A) poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil ou no exterior, a critério das partes, em língua portuguesa.
- (B) não poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, sob pena de se transacionar com o interesse público.
- (C) poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.
- (D) poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, salvo a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.
- (E) não poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, por ausência de previsão legal.

45

Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

Com base na narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.
- II. Caberá ao poder público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação do ensino infantil, fundamental e médio.
- III. A partir da etapa da execução, as políticas públicas deverão considerar a adoção do desenho universal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46

João, membro do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Lucas, Secretário Estadual no referido ente federativo, e Caio, Deputado Estadual, participaram de uma mesa de debates sobre o sistema constitucional de remuneração dos agentes públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o regime de subsídio é aplicável à remuneração percebida por

- (A) Caio, mas não por João ou Lucas.
- (B) João, mas não por Lucas ou Caio.
- (C) Lucas, mas não por João ou Caio.
- (D) Lucas e Caio, mas não por João.
- (E) João, Lucas e Caio.

Direito Civil e Direito Processual Civil

47

Após o falecimento de Antônio, seus bens foram integralmente arrecadados e partilhados entre dois filhos que se apresentaram como únicos herdeiros. Cerca de 4 anos depois do óbito, Pedro obteve decisão judicial transitada em julgado reconhecendo sua filiação de Antônio.

Diante disso, ajuizou ação de petição de herança visando ao reconhecimento de seu direito sucessório e à restituição de parte do acervo hereditário. Verificou-se que alguns bens da herança já haviam sido alienados, a título oneroso, pelos herdeiros a terceiros que agiram de boa-fé, enquanto outros bens ainda permaneciam em poder dos herdeiros originários.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação de petição de herança somente pode ser ajuizada contra quem detenha os bens hereditários na qualidade de herdeiro legítimo, sendo incabível contra possuidores sem título.
- (B) A ação de petição de herança, quando exercida por um só dos herdeiros, não pode abranger a totalidade do acervo hereditário, mas tão somente a quota-parte equivalente.
- (C) As alienações onerosas realizadas por herdeiro aparente são válidas, porém ineficazes, ainda que o terceiro adquirente tenha agido de boa-fé.
- (D) O possuidor da herança responde pela restituição dos bens conforme as regras da posse de boa-fé até a citação, passando, a partir de então, a responder segundo as regras da posse de má-fé e da mora.
- (E) O herdeiro somente pode reivindicar bens da herança que ainda estejam em poder dos herdeiros originários, não sendo possível demandá-los quando se encontrem em poder de terceiros.

48

Em processo de destituição do poder familiar, verificou-se a necessidade de colocação de três irmãos, com idades de 7, 10 e 13 anos, em família substituta. Durante o procedimento, a equipe interprofissional constatou forte vínculo afetivo entre as crianças, bem como relação de afinidade com uma tia materna, que manifestou interesse em assumir a guarda apenas dos dois mais novos, alegando dificuldades para acolher o adolescente mais velho.

O adolescente de 13 anos, devidamente ouvido em audiência, manifestou consentimento para a colocação em família substituta, mas expressou desejo de não ser separado dos irmãos. Paralelamente, casal estrangeiro regularmente habilitado demonstrou interesse na adoção apenas do adolescente.

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- (A) À luz do princípio do melhor interesse do adolescente, o consentimento expresso do adotando maior de 12 anos é suficiente para autorizar a adoção internacional, ainda que existam pretendentes nacionais e que a medida implique a separação definitiva dos irmãos.
- (B) O princípio do melhor interesse autoriza a separação dos irmãos sempre que houver manifestação de vontade individual de um deles, independentemente de demonstração concreta de que a medida lhe seja efetivamente benéfica.
- (C) A colocação em família substituta deve observar o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, priorizando, sempre que possível, o grau de parentesco e os vínculos de afinidade e afetividade, bem como a preservação do grupo de irmãos, admitindo-se solução diversa apenas de forma excepcional e devidamente fundamentada.
- (D) Em atenção ao melhor interesse dos irmãos mais novos, a guarda pode ser deferida à tia materna apenas em relação a eles, sendo juridicamente irrelevante a oitiva do adolescente e sua manifestação quanto à separação do grupo fraterno.
- (E) À luz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, a colocação em família substituta estrangeira pode ser admitida como solução equivalente à nacional, inclusive nas modalidades de guarda ou tutela, desde que precedida de avaliação técnica e autorização judicial fundamentada.

49

Laura é proprietária de imóvel urbano vizinho ao de Marcos. Embora não utilize sua propriedade para fins residenciais ou comerciais, Laura passou a realizar, de forma reiterada, obras ruidosas em horários noturnos e a instalar refletores direcionados exclusivamente para o imóvel de Marcos, sem qualquer proveito econômico ou utilidade prática para si.

Restou comprovado que tais condutas tinham como único objetivo constranger o vizinho, em razão de desavença pessoal antiga.

Em razão desses fatos, Marcos ajuizou ação indenizatória, pleiteando reparação por danos morais e materiais decorrentes da conduta de Laura.

Considerando o regime jurídico do abuso do direito e da responsabilidade civil no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade civil de Laura depende da demonstração de culpa em sentido estrito, pois o exercício do direito de propriedade, ainda que excessivo, é presumidamente lícito.
- (B) O reconhecimento do abuso do direito autoriza prioritariamente a adoção de medidas destinadas à cessação da conduta abusiva, devendo a indenização ser analisada de forma restritiva, à luz do princípio da intervenção mínima.
- (C) Para caracterizar a conduta de Laura como ato emulativo e ilícito, Marcos deve provar a ausência de utilidade e a violação direta a norma legal expressa, não sendo suficiente o desvio da função social do direito.
- (D) Ainda que reconhecido o abuso do direito, a responsabilização civil fica afastada no caso, pois diante da ausência de dano patrimonial comprovado, não se admite reparação por dano moral puro.
- (E) A conduta de Laura caracteriza abuso do direito, equiparado a ato ilícito, ensejando responsabilidade civil, independentemente da demonstração de intenção específica de causar dano.

50

Alfa Construções Ltda. ajuizou ação de cobrança em face da empresa Beta Transportes, instruindo a petição inicial com prova documental suficiente dos fatos constitutivos de seu direito, sendo as alegações de fato comprováveis apenas documentalmente.

Além disso, a autora demonstrou que as alegações de fato e os pedidos formulados estão em perfeita consonância com tese firmada em julgamento de casos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça.

Na petição inicial, a autora requereu a concessão de tutela provisória para o pagamento imediato da dívida, sem, contudo, demonstrar perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, argumentando apenas a alta probabilidade do direito e o precedente vinculante.

Diante desse cenário, à luz do Código de Processo Civil, o juiz deverá

- (A) indeferir o pedido de concessão de tutela provisória, pois a ausência de demonstração de perigo de dano impede a concessão de qualquer medida liminar, restando apenas a via do julgamento antecipado do mérito após a contestação.
- (B) conceder tutela provisória de evidência, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, podendo a decisão ser proferida liminarmente, antes mesmo da citação da ré.
- (C) presumir o perigo de dano em razão da robustez da prova documental e da existência de precedente obrigatório, dispensando-se a caução para fins de concessão de tutela provisória de urgência.
- (D) determinar a citação da Beta Transportes para que esta se manifeste antes de apreciar o pedido, pois a tutela provisória fundada em tese firmada em julgamento de casos repetitivos não admite concessão liminar.
- (E) receber o pedido como requerimento de tutela cautelar incidental, concedendo prazo para que a autora demonstre o risco de dilapidação patrimonial pela ré, requisito indispensável para a constrição de bens pretendida.

51

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO) fixou tese jurídica em sede de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no sentido de que determinada gratificação paga aos servidores do Poder Executivo não integra a base de cálculo para outros adicionais.

Meses após a publicação do acórdão paradigma, um Juiz da X Vara de Fazenda Pública de Porto Velho profere sentença em sentido diametralmente oposto à tese fixada, concedendo a vantagem a um servidor.

À luz do CPC, assinale a alternativa correta indicando qual é o instrumento processual adequado para a preservação da garantia da autoridade da decisão do TJ-RO.

- (A) O Estado de Rondônia poderá impetrar mandado de segurança em face da sentença, pois o mero descumprimento da decisão do IRDR, por si só, caracteriza teratologia para fins de admissão do *writ*.
- (B) É cabível reclamação ao TJ-RO para garantir a observância do acórdão proferido em IRDR, sendo desnecessário o esgotamento das instâncias ordinárias, sem prejuízo do recurso cabível.
- (C) A interposição de recurso de apelação, sendo incabível a oferta de reclamação, pois esta configuraria sucumbência recursal.
- (D) O oferecimento de ação rescisória em face da sentença, cujo termo inicial será a data da publicação da decisão, independentemente do trânsito em julgado do processo.
- (E) Após o esgotamento das instâncias ordinárias, poderá ser proposta reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de precedente qualificado.

52

João ajuíza ação de cobrança em face de Maria, atribuindo à causa o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), recolhendo as custas iniciais pertinentes, embora o pedido seja de condenação em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

O juiz corrige de ofício o valor da causa e intima o autor, na pessoa de seu advogado, para complementar as custas iniciais no prazo legal. O autor permanece inerte.

Em tal caso, considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) O juiz deverá dar prosseguimento ao feito, pois a correção do valor da causa dispensa complementação de custas quando promovida de ofício pelo magistrado.
- (B) Caberá o julgamento liminar de improcedência do pedido em relação ao montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
- (C) Cabe ao magistrado reduzir o valor do pedido ao valor atribuído à causa, em nome da interpretação sistemática da postulação.
- (D) A petição inicial deverá ser indeferida por inépcia, em razão de o pedido formulado por João ser indeterminado.
- (E) O juiz deve determinar o cancelamento da distribuição, diante da ausência de recolhimento das custas complementares no prazo legal.

Direito Constitucional

53

Maria decidiu exercer um direito fundamental de segunda dimensão, previsto em norma constitucional de eficácia contida e potencialmente colidente com outro direito fundamental. Este último direito é contemplado em norma de eficácia plena, sendo titularizado por João.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) a colisão entre os direitos fundamentais de Maria e João deve ser resolvida pela legislação infraconstitucional, que irá zelar por sua concordância prática.
- (B) a possibilidade de colisão entre direitos fundamentais, como aqueles titularizados por Maria e João, é insustentável caso seja adotada a teoria externa.
- (C) o direito titularizado por João tem preferência *in abstracto* sobre aquele titularizado por Maria, que carece de integração pela legislação infraconstitucional.
- (D) o direito fundamental de Maria pode ter o seu alcance restringido pela legislação infraconstitucional, no plano objetivo ou no plano subjetivo, conforme o caso.
- (E) a resolução da colisão entre os direitos fundamentais de Maria e João deve ser resolvida no plano da validade, conforme as circunstâncias fáticas e jurídicas do caso concreto.

54

Foi promulgada a Emenda Constituição nº X, que alterou a Constituição do Estado Alfa, para dispor que os atos de concessão gratuita ou onerosa de terras públicas, independente da dimensão, estão condicionados à autorização da Assembleia Legislativa. Irresignado com o teor desse diploma normativo, o Governador do Estado Alfa solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade da alteração com a Constituição da República.

Foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que a alteração

- (A) afronta os mecanismos de *checks and balances* previstos na Constituição da República, sendo, portanto, inconstitucional.
- (B) decorre de previsão constitucional expressa, tratando-se de norma de reprodução obrigatória pela Constituição Estadual.
- (C) é constitucional, ressalvada a competência do Congresso Nacional para a aprovação prévia em se tratando de terras públicas estaduais com área superior a 2.500 hectares.
- (D) é inconstitucional, pois a autorização somente pode ser exigida, em simetria com a Constituição da República, em se tratando de terras públicas estaduais com área superior a 2.500 hectares.
- (E) é inconstitucional, já que a concessão não importa na alienação patrimonial, tratando-se de pura e simples gestão a cargo do Poder Executivo, o que deve ser assegurado, por simetria, pela Constituição Estadual.

55

Um Consultor Legislativo foi instado a apresentar a interpretação mais adequada do Art. X da Constituição da República, preceito que tem influência direta na análise da conformidade constitucional de determinada proposição legislativa. Ao seu ver, a partir do Art. X, em razão das vicissitudes da realidade subjacente ao ambiente sociopolítico, é obtido conteúdo normativo distinto daquele outrora prevalecente. Portanto, apesar de proposições legislativas de teor idêntico terem sido aprovadas, no passado, em outros Estados da federação, sua aprovação na atualidade consubstanciaria afronta direta à norma de eficácia limitada e princípio programático obtida a partir da interpretação do referido preceito.

Na situação descrita, é correto afirmar que na interpretação constitucional

- (A) não foi desenvolvida atividade compatível com a metódica concretista.
- (B) foi realizada uma atividade de viés puramente cognoscitivo, não decisório.
- (C) foram considerados aspectos contextuais, que influíram na expansão ou na retração de referenciais semióticos.
- (D) foi observada a separação entre os momentos de criação e de aplicação da norma, sendo este último afeto ao intérprete.
- (E) foram prestigiados referenciais semióticos em detrimento de aspectos empíricos, já que os últimos comprometem a segurança jurídica.

56

Foi apresentada proposição legislativa, à Assembleia Legislativa do Estado Delta (ALED), dispondo que o processo e o julgamento das ações mandamentais, que tenham por objeto atos ilegais ou com abuso de poder atribuídos ao Presidente ou à Mesa dessa Casa Legislativa, seriam de competência originária do Tribunal de Justiça.

Ao analisar a referida proposição legislativa, uma comissão especial instituída especialmente para esse fim constatou corretamente que

- (A) a separação dos poderes obsta que a ALED venha a se imiscuir nas competências originárias do Tribunal de Justiça.
- (B) a instituição de foro por prerrogativa de função, como cogitado, é incompatível com a Constituição da República.
- (C) as competências do Tribunal de Justiça devem ser disciplinadas em seu Regimento Interno, não em proposição aprovada pela ALED.
- (D) a Lei de Organização e Divisão Judiciárias, *sedes materiae* das competências originárias do Tribunal de Justiça, deve ser o objeto da proposição legislativa.
- (E) a proposição legislativa deve ter a forma de proposta de emenda à Constituição Estadual, não sendo a hipótese de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça.

57

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado Beta (ALEB), ao tomar conhecimento da edição do Decreto nº X (DX), editado pelo Governador do Estado Delta, entendeu que esse ato, de caráter geral e abstrato, que expressa o exercício de um poder normativo primário, tinha por objeto temática afeta ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS), e afrontava interesses do Estado Beta. Por tal razão, seria dissonante da Constituição da República.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) O DX não pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.
- (B) a Mesa da ALEB não tem legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade de norma de outro ente federativo.
- (C) o Procurador da ALEB não tem legitimidade para interpor recursos na ação de controle concentrado de constitucionalidade que seja ajuizada perante o STF.
- (D) a Mesa da ALEB tem legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o STF, sendo a arguição de descumprimento de preceito fundamental a ação cabível.
- (E) somente o Governador do Estado Beta, não a Mesa da ALEB, por ser o DX ato do Poder Executivo, tem legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.

58

Maria, servidora da Assembleia Legislativa do Estado Sigma, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, preencheu os requisitos para a aposentadoria voluntária, sendo o ato de concessão inicial de aposentadoria expedido pela estrutura estatal competente.

Na situação descrita, é correto afirmar, em relação à análise da legalidade do ato pelo Tribunal de Contas do Estado Sigma para fins de registro, que

- (A) é necessária, sendo que a análise do ato pode ser realizada a qualquer tempo pelo Tribunal de Contas.
- (B) não deve ser realizada, considerando a natureza do vínculo funcional que Maria mantinha com a Assembleia Legislativa.
- (C) é dispensável no caso de Maria, pelo fato de o ato ter sido expedido pelo Poder Legislativo, ao qual pertence o Tribunal de Contas.
- (D) é necessária, sendo que a análise do ato deve ser realizada no prazo máximo de cinco anos, a contar do ingresso do expediente no Tribunal de Contas.
- (E) é necessária, sendo que a análise do ato, após o decurso de cinco anos desde a sua expedição, exige a observância do contraditório e da ampla defesa caso o registro seja negado.

Direito Penal e Direito Processual Penal

59

Matheus, agente público no Município *Alfa*, é réu, em juízo, em cinco diferentes persecuções penais, pela prática dos mais variados delitos. Preocupado com prováveis condenações, Matheus buscou informações sobre os efeitos provenientes dos decretos condenatórios. Registre-se que as infrações penais não têm relação com violência contra mulher, por razões da condição do sexo feminino.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública ou quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, nos demais casos, é efeito da condenação.
- II. A incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente, tutelado ou curatelado, bem como nos crimes cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, é efeito automático da condenação.
- III. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso é efeito da condenação.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

60

Mário, maior e capaz, com vontade e consciência, fraudou determinada execução em curso, por meio da conduta de desviar bens. Registre-se que o Ministério Público, por meio de uma denúncia anônima, tomou ciência sobre os fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Mário

- (A) responderá pelo crime de fraude à execução, sujeito à ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (B) responderá pelo crime de fraude à execução, sujeito à ação penal pública incondicionada.
- (C) responderá pelo crime de fraude à execução, sujeito à ação penal de iniciativa privada.
- (D) não responderá criminalmente, já que sua conduta, embora típica, não é antijurídica.
- (E) não responderá criminalmente, já que sua conduta é formalmente atípica.

61

Lucas, juiz de direito titular do Tribunal do Júri da Comarca Ji-Paraná/RO, ministrou, em uma universidade local, palestra versando sobre as particularidades das sessões plenárias no contexto do julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que é atribuição do juiz presidente do Tribunal do Júri

- (A) regulamentar, durante os debates, a intervenção de uma das partes, quando a outra estiver com a palavra, devendo conceder até cinco minutos para cada aparte requerido, que serão acrescidos ao tempo desta última.
- (B) determinar, a requerimento das partes ou de qualquer jurado, vedada a atuação oficiosa, as diligências destinadas a sanar nulidade ou a suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade.
- (C) suspender a sessão pelo tempo indispensável à realização das diligências requeridas ou entendidas necessárias, cessada a incomunicabilidade dos jurados.
- (D) interromper a sessão por tempo razoável, não inferior à trinta minutos, para proferir sentença e para repouso ou refeição dos jurados.
- (E) requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.

62

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Caio foi condenado, em sessão plenária do Tribunal do Júri da Comarca da Capital/RO, à pena de 20 anos de reclusão, pela prática do crime de homicídio qualificado.

A defesa de Caio entende, contudo, que ocorreu nulidade posterior à pronúncia e que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que caberá

- (A) apelação, no prazo de cinco dias, para impugnar a nulidade ocorrida após a pronúncia. Por sua vez, é possível a interposição de recurso em sentido estrito para questionar o fato de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.
- (B) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, para impugnar a nulidade ocorrida após a pronúncia. Por sua vez, é possível a interposição de recurso de apelação para questionar o fato de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.
- (C) recurso em sentido estrito, no prazo de oito dias, para impugnar a nulidade ocorrida após a pronúncia. Por sua vez, é possível a interposição de recurso de apelação para questionar o fato de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.
- (D) recurso em sentido estrito, no prazo de oito dias, para impugnar a nulidade ocorrida após a pronúncia e para questionar o fato de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.
- (E) apelação, no prazo de cinco dias, para impugnar a nulidade ocorrida após a pronúncia e para questionar o fato de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Direito Tributário e Direito Financeiro

63

Um deputado estadual propõe 3 (três) projetos de lei estadual ordinária, a saber:

- Projeto de Lei I - estabelece novas formas de contagem de prazo prescricional e decadencial para tributos estaduais, diversas das dispostas no Código Tributário Nacional (CTN).
- Projeto de Lei II - cria taxa de serviços específico e divisível.
- Projeto de Lei III - concede isenção de IPVA para deficientes físicos e regulamenta a taxa judiciária.

Sobre os projetos de leis apresentados, é correto afirmar que

- (A) apenas I e III são inconstitucionais.
- (B) apenas I é inconstitucional.
- (C) Nenhum é inconstitucional.
- (D) apenas III é inconstitucional.
- (E) Todos são inconstitucionais.

64

A Assembleia Legislativa do Estado X recebeu consulta sobre a possibilidade de aprovar lei estadual determinando que o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidente sobre a folha de pagamento dos servidores públicos estaduais, fosse excluído da receita corrente líquida e do limite de despesa com pessoal.

Considerando a legislação sobre a matéria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A norma é constitucional, pois o IRRF constitui receita da União, e sua exclusão evita distorções no cálculo das finanças locais.
- (B) É constitucional excluir o IRRF da base de cálculo da despesa com pessoal, pois se trata de retenção compulsória e não remuneração efetiva.
- (C) A norma contraria normas gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal que não admitem a exclusão do IRRF da receita corrente líquida nem da despesa total com pessoal.
- (D) A norma é inconstitucional, pois a competência exclusiva da União sobre o IRRF impede que entes subnacionais arrecadem o imposto.
- (E) A norma é constitucional, pois é garantido aos entes federativos ampla liberdade para fixar critérios próprios de apuração de gastos públicos.

65

O Município Alfa exige, por lei local, o pagamento de taxas para: (i) realizar vistoria em estabelecimentos que pretendem realizar atendimento ao público; (ii) disponibilizar policiamento ostensivo em eventos privados de grande porte; e (iii) emitir certidões solicitadas por particulares para instruir defesa em processos administrativos.

Diante da impugnação de um contribuinte, avalie as afirmativas a seguir a respeito da constitucionalidade de cada cobrança:

- () A taxa relativa à vistoria prévia para concessão de alvará a estabelecimento é compatível com a Constituição, pois decorre de poder de polícia dirigido ao interesse individual do estabelecimento.
- () A taxa cobrada para custear policiamento ostensivo em evento privado é inconstitucional, pois a atividade possui caráter universal e indivisível.
- () A emissão de certidões necessárias à defesa de direitos pessoais é abrangida pela imunidade, vedando-se a cobrança de taxa, salvo ressarcimento de custos materiais de reprodução.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

66

A Assembleia Legislativa de um Estado da Federação aprovou emenda à Constituição estadual, de iniciativa parlamentar, que vinculou 18% do orçamento global do Estado ao financiamento do sistema estadual de saúde. Eis o teor da norma:

“Art. 1.234. O Sistema Estadual de Saúde será mantido com recursos do orçamento da União, do Estado, dos Municípios e da seguridade social, além de outras fontes.

Parágrafo único. As despesas anuais com o Sistema Estadual de Saúde não serão inferiores a 18% (dezoito por cento) do orçamento estadual.”

A norma ampliou a base de cálculo da vinculação para além das receitas correntes previstas na Lei Complementar 141/2012, que estabelece o patamar mínimo dos gastos em saúde em 12% (doze por cento) da Receita Corrente Líquida do ente.

Considerando a legislação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) A emenda é constitucional, pois os Estados têm competência para definir os percentuais de vinculação de receitas à saúde, desde que respeitado o piso mínimo nacional de 12%.
- (B) A emenda é constitucional, pois as Emendas à Constituição do Estado não são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, ainda que se trate de matéria orçamentária.
- (C) A emenda é constitucional, pois a competência legislativa concorrente autoriza os Estados a suplementar normas gerais de direito financeiro.
- (D) A emenda viola a competência privativa da União para legislar sobre o limites de gasto com saúde; a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo em matéria orçamentária; e o princípio da não afetação de receitas públicas.
- (E) A emenda é inconstitucional, pois somente por meio de lei ordinária sancionada pelo Chefe do Poder Executivo é possível tratar de vinculação orçamentária à saúde em percentual superior ao previsto na legislação federal.

67

Um Estado editou decreto prevendo que o antigo proprietário de veículo automotor responderia solidariamente pelo Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) referente ao período posterior à alienação, sempre que não tivesse comunicado a venda ao órgão de trânsito competente.

Considerando a legislação e a jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O decreto é válido, pois a responsabilidade solidária pode ser instituída por norma infralegal quando visa assegurar a arrecadação do IPVA.
- (B) O decreto não é válido, pois a responsabilidade solidária do alienante somente pode ser criada por lei estadual específica, não sendo admitida sua instituição por ato infralegal.
- (C) O decreto é válido, porque a omissão do alienante em comunicar a venda configura ato ilícito suficiente para gerar automaticamente sua responsabilidade tributária.
- (D) O decreto não é válido, devendo o Estado instituir a solidariedade do pagamento do IPVA por meio de lei complementar.
- (E) O decreto é válido, porque a solidariedade decorre diretamente do Código de Trânsito Brasileiro, podendo ser disciplinada por lei estadual.

68

O Estado de Rondônia constatou que o devedor, após a inscrição do crédito em dívida ativa, alienou seu único imóvel para terceiro adquirente.

O Estado, então, ajuizou execução fiscal. Citado, o executado não indicou bens à penhora, e o oficial de justiça certifica inexistência de patrimônio penhorável. Diante do esgotamento das diligências na busca de bens, o Estado requereu a decretação de fraude à execução e a indisponibilidade de bens do executado.

Considerando a legislação sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alienação do imóvel é válida perante a Fazenda, pois somente com a averbação da execução no registro imobiliário pode ser caracterizar fraude, não bastando a inscrição em dívida ativa.
- (B) Não é possível a decretação de fraude à execução, pois a alienação ocorreu antes da citação na execução fiscal, mas é cabível a indisponibilidade de bens até que o executado indique novos bens à penhora.
- (C) Há presunção de fraude, pois a alienação ocorreu após inscrição do crédito em dívida ativa, mas não é cabível a indisponibilidade de bens, pois a sanção não está prevista na legislação tributária.
- (D) A alienação do imóvel será considerada fraudulenta se comprovado que o devedor agiu com dolo específico de fraudar a Fazenda Pública, caso contrário, não será possível decretar a indisponibilidade de bens.
- (E) Há presunção de fraude, pois a alienação ocorreu após inscrição do crédito em dívida ativa e, com não foram encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade dos bens, limitada ao valor do débito.

Direito Ambiental e Direito Agrário

69

A concessão florestal terá como objeto a exploração de produtos e serviços florestais, contratualmente especificados, em unidade de manejo de floresta pública, com perímetro georreferenciado, registrada no respectivo cadastro de florestas públicas e incluída no lote de concessão florestal.

Nesse contexto, considerando o disposto na Lei nº 11.284/2006, avalie as afirmativas a seguir.:

- I. A concessão florestal confere ao concessionário somente os direitos expressamente previstos no contrato de concessão.
- II. É vedada a inclusão, no objeto da concessão, a exploração de produtos e de serviços florestais não madeireiros, exceto se realizada nas respectivas unidades de manejo florestal, nos termos do regulamento.
- III. Ressalvadas as áreas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, o contrato de concessão poderá prever a transferência de titularidade dos créditos de carbono do poder concedente ao concessionário, durante o período da concessão, bem como o direito de comercializar certificados representativos de créditos de carbono e serviços ambientais associados, conforme regulamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

70

A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se, entre outros, no fundamento de que a água, além de ser um bem de domínio público, é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.433/1997, um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos é

- (A) a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país.
- (B) a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional.
- (C) a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.
- (D) o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água.
- (E) a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

71

Leia esta afirmação:

No que concerne à fixação do preço do arrendamento, no contrato de arrendamento rural, há uma limitação imposta pelo Art. 95, inciso XI, alínea a, do Estatuto da Terra e pelo Art. 18, do Decreto nº 59.566/1966, sendo que os artigos estabelecem que o preço do arrendamento só pode ser ajustado em quantia fixa em dinheiro.

Na hipótese em que, concretamente, as partes do contrato de arrendamento fixarem o preço anual do arrendamento em grãos (por exemplo, sacos de arroz, de soja, em arroba de boi etc.), avalie as afirmativas a seguir.

- I. A legislação foi estabelecida em razão da proteção da moeda corrente nacional, que é o Real, estabelecendo que os contratos de modo geral que estipulam pagamento em ouro, produtos ou moeda estrangeira, ou que restringem o curso legal da moeda nacional (Real), são nulos de pleno direito, conforme o Art. 318 do Código Civil e o Decreto-Lei 857/69.
- II. A legislação foi estabelecida para que não haja indexação do preço no momento do pagamento, por isso este contrato não pode ser executado pois, esta cláusula contratada do preço em produto, contraria a lei.
- III. A cláusula contratual que estabelecer o preço em produtos, é cláusula nula, porque não foi estabelecida em dinheiro, e, por conta disso, anula todo o contrato, podendo ser pedido judicialmente a anulação do contrato, consequentemente, sua rescisão.
- IV. Em razão do princípio do costume, que é aplicado no direito agrário, se é costume da região contratar o pagamento em grãos e arroba de gado, essa cláusula não é nula, mas plenamente exequível.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

72

Considere a sentença a seguir.

José de Arimateia, fazendeiro da cidade de Ji-Paraná, proprietário de terras baixas e alagadas no período das chuvas, para que o seu gado não morra, coloca seu gado nas terras de Manoel, que fica nas terras altas e não alagadas do mesmo município, durante quatro meses, o período das chuvas, mediante pagamento mensal.

Essa situação configura um contrato

- (A) de Direito Civil, apenas.
- (B) de Direito Agrário, apenas.
- (C) de Arrendamento Rural.
- (D) tanto de Direito Agrário quanto de Direito Civil.
- (E) tanto de Direito Civil quanto de Direito Agrário.

Direito do Consumidor

73

Joana adquiriu pela internet um aparelho eletrônico anunciado como “novo e original”, acompanhado de garantia de fábrica. Após poucos dias de uso, o produto apresentou falhas recorrentes. Ao buscar atendimento junto ao fornecedor, foi informada de que se tratava de produto recondicionado, fato que não constava de forma clara na oferta. Além disso, o fornecedor exigiu que Joana arcasse com os custos de envio para assistência técnica e recusou-se a fornecer informações detalhadas sobre a origem do defeito.

Diante da situação, Joana ajuizou ação judicial fundamentada no Código de Defesa do Consumidor, alegando violação a direitos básicos do consumidor.

À luz do CDC e do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há violação a direitos básicos do consumidor, pois a existência de defeito no produto deve ser resolvida exclusivamente pelas regras relativas à garantia contratual.
- (B) Houve violação aos direitos básicos do consumidor à informação adequada e clara e à proteção contra práticas abusivas, sendo irrelevante a demonstração de prejuízo concreto.
- (C) O direito à informação somente seria violado se comprovado que o fornecedor agiu com dolo ao ocultar a condição de produto recondicionado.
- (D) O fornecedor pode transferir ao consumidor os custos de envio para assistência técnica, desde que não haja cláusula contratual expressa em sentido contrário.
- (E) A recusa do fornecedor em prestar informações técnicas detalhadas não viola direito básico do consumidor, pois tais dados integram o segredo industrial do fabricante.

74

Uma empresa de transporte rodoviário foi contratada por determinada sociedade empresária para realizar o deslocamento periódico de seus empregados entre dois Estados da federação. Durante uma dessas viagens, em razão de falha grave na manutenção do veículo, ocorreu acidente de trânsito que ocasionou lesões físicas em Pedro, terceiro que trafegava regularmente pela rodovia e não mantinha qualquer vínculo contratual com a transportadora ou com a empresa contratante. No mesmo evento, Ana, empregada da empresa contratante e passageira do ônibus no momento do acidente, sofreu danos materiais e morais.

Ambos ajuizaram ações indenizatórias em face da transportadora, sustentando a incidência do regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor.

Considerando o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas Ana se enquadra na condição de destinatária final do serviço de transporte, ainda que o ajuste tenha sido celebrado por sua empregadora, ao passo que Pedro, por não integrar a cadeia econômica nem usufruir do serviço, deve ter sua pretensão examinada exclusivamente à luz das regras gerais da responsabilidade civil.
- (B) Embora Ana possa ser considerada destinatária final do serviço, a extensão da tutela consumerista a Pedro exigiria a demonstração de que o evento danoso decorreu de risco assumido pela transportadora especificamente em relação a terceiros, posto que não era usuário do serviço.
- (C) A qualificação jurídica de Pedro como sujeito protegido pelo regime consumerista dependeria da comprovação de vulnerabilidade concreta frente à transportadora, não sendo suficiente a mera ocorrência de dano decorrente da atividade empresarial.
- (D) Ana ostenta a condição de usuária final do serviço de transporte, enquanto Pedro, embora estranho à relação contratual, encontra-se abrangido pelo regime de proteção do consumo por ter sido atingido pelos riscos inerentes à atividade desenvolvida pela fornecedora.
- (E) A inexistência de contratação direta entre a transportadora e os lesados, aliada ao fato de o serviço ter sido prestado no interesse exclusivo de pessoa jurídica intermediária, afasta a incidência do regime de proteção ao consumidor tanto em relação a Ana quanto em relação a Pedro.

75

Carolina é beneficiária de plano de saúde e foi submetida à cirurgia bariátrica para tratamento de obesidade mórbida, com êxito clínico. Após expressiva perda ponderal, passou a apresentar excesso significativo de pele, ocasionando dermatites de repetição, limitações funcionais e prejuízos à sua saúde física e psicológica.

Diante do quadro, o médico assistente indicou a realização de cirurgias plásticas com finalidade reparadora e funcional, como etapa complementar do tratamento iniciado. A operadora do plano de saúde recusou a cobertura dos procedimentos, alegando que seriam cirurgias de natureza estética. Sustentou, ainda, que eventual divergência técnica deveria ser resolvida por junta médica, cujo parecer teria caráter vinculante.

Inconformada, Carolina ajuizou ação judicial requerendo a cobertura integral das cirurgias indicadas.

Considerando o Código de Defesa do Consumidor e o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) As cirurgias plásticas indicadas após a cirurgia bariátrica não integram, em regra, a cobertura obrigatória dos planos de saúde, cabendo à operadora avaliar, de forma discricionária, se o procedimento possui caráter estritamente estético ou terapêutico.
- (B) A cobertura das cirurgias plásticas pós-bariátricas somente é exigível quando demonstrado que o procedimento possui finalidade exclusivamente funcional, indecentemente da indicação do médico assistente responsável pelo tratamento do beneficiário.
- (C) As cirurgias plásticas de caráter reparador ou funcional indicadas ao paciente pós-cirurgia bariátrica integram o tratamento da obesidade mórbida e devem ser cobertas pelo plano de saúde, admitindo-se, em caso de dúvida técnica razoável, a instauração de junta médica às expensas da operadora, sem caráter vinculante para o Judiciário.
- (D) A operadora de plano de saúde pode submeter a indicação médica à avaliação de junta médica, cujo parecer técnico prevalece sobre a prescrição do médico assistente e limita a atuação do Poder Judiciário quanto à natureza do procedimento indicado.
- (E) Ainda que reconhecida a natureza reparadora da cirurgia pós-bariátrica, a cobertura pelo plano de saúde depende de previsão expressa no rol de procedimentos obrigatórios, não sendo suficiente a demonstração de sua necessidade clínica no caso concreto.

Direito Eleitoral

76

Tício, secretário municipal de educação junto ao Município Alfa desde o ano de 2022, sempre alardeou no meio político que pretendia se candidatar a Vereador nas eleições de 2024. O decreto de sua exoneração foi publicado em 5 de abril de 2024. Apresentado o registro de candidatura, este foi indeferido na origem, sob a justificativa de violação das regras atinentes à desincompatibilização. Consta dos autos que Tício praticou atos de gestão, assinando notas de empenho em 5 de maio.

Considerando a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) o registro de candidatura deveria ter sido deferido, uma vez que foi comprovada a desincompatibilização por meio da publicação de decreto de exoneração no prazo legal.
- (B) a desincompatibilização do cargo de secretário municipal para eleição ao cargo de Vereador deve ocorrer 4 meses antes do pleito, motivo pelo qual os atos de gestão praticados não violaram a regra em vigor.
- (C) a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral não exige que haja desincompatibilização do cargo de secretário municipal, com afastamento formal e de fato das funções, para se candidatar a Vereador.
- (D) na hipótese trazida no enunciado, mostra-se adequada a decisão que indeferiu o registro de candidatura, vez que, praticou ato de gestão em período vedado, em razão do prazo legal de desincompatibilização.
- (E) a desincompatibilização do cargo de secretário municipal para eleição ao cargo de Vereador deve ocorrer 3 meses antes do pleito, motivo pelo qual os atos de gestão praticados não violaram a regra em vigor.

77

No Município Alfa, foi realizada eleição, na qual diversos partidos apresentaram candidaturas femininas, alegando cumprimento à legislação em vigor. Após regular investigação, constatou-se que ocorrera fraude, com utilização de candidaturas femininas fictícias.

Considerando o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral e a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) a constatação de candidaturas fictícias apenas acarreta a anulação dos registros de candidatura daqueles que participaram da fraude.
- (B) a anulação dos Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários acarreta a cassação dos mandatos dos candidatos a eles vinculados, provada sua participação na fraude.
- (C) com a anulação dos DRAPs e retotalização dos resultados, anulados mais de 50% dos votos da eleição proporcional, deve ser convocada nova eleição.
- (D) se a nulidade atingir mais da metade dos votos, o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de sessenta dias.
- (E) com a anulação dos DRAPs, anulados mais de 50% dos votos da eleição proporcional, distribuem-se as vagas em disputa entre os partidos não participantes da fraude.

78

Caio e Tício, candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, para eleição a ser realizada no Município Beta, ao longo da campanha, realizaram diversas doações de combustíveis a potenciais eleitores, afirmando que se compadeciam das dificuldades financeiras da população local, desejando ajudar os necessitados. Após o recebimento de representação, o Ministério Público procedeu à instauração de procedimento preparatório eleitoral, no qual se apurou que houve dispêndio, pelos candidatos, em Município de 10 mil habitantes, de mais de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com tais doações.

Considerando a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) a instauração de procedimento preparatório eleitoral pelo Ministério Público ofende o Art. 105-A da Lei nº 9.504/1997, ainda que viabilizada a oitiva e defesa do investigado.
- (B) na hipótese versada no enunciado, caberá, caso demonstrado ilícito, ação de impugnação ao registro de candidatura.
- (C) a conduta dos candidatos Caio e Tício, visando à obtenção de voto dos eleitores, ainda que não comprometa a normalidade das eleições, consiste em captação ilícita de sufrágio.
- (D) a conduta dos candidatos, sem controle ou vinculação dos beneficiados com a participação em atos políticos, configura captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico;
- (E) para a caracterização da captação ilícita de sufrágio, exige-se, apenas, a prática das condutas capituladas no Art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 durante o período eleitoral.

79

Caio, Prefeito no Município Alfa, no ano de 2020, teve suas contas relativas ao ano de 2019, rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Com a decisão, seu nome foi lançado no rol de agentes públicos que tiveram suas contas rejeitadas. Caio, pretendendo a reeleição, no ano de 2020, judicializou a questão, obtendo decisão favorável, suspendendo os efeitos da decisão do Tribunal de Contas.

Durante a análise dos documentos juntados em registro de candidatura, houve análise e enfrentamento do tema, tendo o juízo de primeiro grau deferido o registro de candidatura, considerando a comunicação, por parte do Tribunal de Contas de que cumprira a decisão liminar proferida pelo Judiciário Estadual. Caio foi reeleito Prefeito na eleição de 2020.

Nesse período, na Justiça Estadual, foi finalizado o julgamento da demanda citada, tendo sido decidido que a rejeição das contas de 2019 se mostrava correta, renovando a eficácia da decisão do Tribunal de Contas. A Coligação Alfa protocolou recurso contra a expedição de diploma, perante o Tribunal Regional Eleitoral, aduzindo causa de inelegibilidade.

Considerando a Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) na análise dos argumentos trazidos em sede de recurso contra a expedição do diploma, poderá ser analisada a decisão proferida pela Justiça Estadual se demonstrado que se mostra inadequada;
- (B) coligação não possui legitimidade para ajuizar recurso contra a expedição de diploma, que só poderia ser manejado pelo Ministério Público Eleitoral ou por um dos candidatos derrotados;
- (C) o recurso contra a expedição de diploma não pode ser manejado para arguir causa de inelegibilidade infraconstitucional, não se aplicando ao caso descrito no enunciado;
- (D) em se tratando de eleição municipal, o recurso contra a expedição de diploma, a despeito de sua nomenclatura, deve ser analisado pelo juiz eleitoral e, somente após, em caso de improcedência, poderá ser interposto recuso perante o TRE;
- (E) no caso em tela, trazido no enunciado, descabe recurso contra a expedição de diploma, vez que os fatos foram analisados no bojo do processo de registro de candidatura, impossibilitando nova apreciação da matéria.

80

Mévio, candidato a Vereador pelo Município Alfa, realizou variadas despesas em sua campanha eleitoral. Confeccionou material impresso, divulgou propaganda e publicidade, alugou locais para atos de campanha além de despesas com o transporte ou deslocamento de candidato e pessoal a serviço das candidaturas. Houve, ainda, despesas com a instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha, com a montagem e a operação de carros de som, com a produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita e com a realização de pesquisas. Posteriormente, apresentou prestação de contas.

Considerando o atual posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral e a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) não são considerados gastos eleitorais sujeitos à prestação de contas, as despesas com o combustível e a manutenção do veículo usado pelo candidato bem como as doações para outros candidatos ou partidos.
- (B) são gastos eleitorais os pagamentos realizados em decorrência da prestação de serviços advocatícios, no curso das campanhas eleitorais, não sujeitos, entretanto, à prestação de contas.
- (C) a realização de despesas, caso ocorram antes da abertura de conta bancária de campanha, configura mera irregularidade, que poderá ensejar aprovação das contas, com ressalvas.
- (D) são gastos eleitorais, sujeitos à prestação de contas, a remuneração, a alimentação e a hospedagem de quem conduz veículo usado pelo candidato e a alimentação e a hospedagem própria do candidato.
- (E) a realização de despesas, caso ocorram antes da abertura de conta bancária de campanha, configura grave e insanável irregularidade, que acarretará a desaprovação das contas do candidato.

PROVA DISCURSIVA

Questão 1

A autarquia *Alfa*, integrante da Administração Indireta do Estado *Beta*, celebrou contrato administrativo, mediante dispensa de licitação, com a sociedade empresária *Charlie*, visando à prestação de serviços de publicidade e divulgação. Registre-se que se trata de contratação de serviço técnico especializado, de natureza predominantemente intelectual, com empresa de notória especialização. No curso da avença, contudo, surgiram questionamentos, junto à imprensa regional, sobre a legalidade da contratação, questionamentos estes prontamente rebatidos pelo Poder Público.

Com base no cenário hipotético narrado, à luz das disposições da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021 e do entendimento doutrinário dominante, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir.

- A) A contratação direta efetivada pela autarquia *Alfa* está em conformidade com a ordem jurídica?
- B) Indique as formas de extinção dos contratos administrativos previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- C) Aponte a maneira pela qual as autarquias são criadas no ordenamento jurídico, perpassando pelas técnicas de organização administrativa.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Questão 2

Determinado Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado Delta almeja apresentar proposição legislativa disciplinando a sistemática de sorteios realizados no território estadual, alcançando tanto os realizados por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, como aqueles conduzidos pela iniciativa privada. Além disso, com o objetivo de melhor resguardar os interesses envolvidos, tanto públicos como privados, pretende delinear a forma de responsabilização do Estado Delta, com base na teoria da culpa do serviço, pelos atos atribuíveis aos seus órgãos e entidades, em relação aos danos causados aos participantes dos sorteios.

Analise a conformidade constitucional de uma proposição legislativa delineada nesses termos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Realização

